

MAIA, Carlos Alvarez

Estudios de historia, ciencias y lenguaje: los saberes como producción discursiva. Si "todo es texto", ¿donde queda la ciencia?

Alemanha: Editorial Académica Española, 2011

Por uma nova gramática no conhecimento da Ciência:
a proposta das "agências recíprocas"

DEISE RODRIGUES

Universidade Federal de Minas Gerais | UFMG

402

Estudios de historia, ciencias y lenguaje: los saberes como producción discursiva. Si "todo es texto", ¿donde queda la ciencia? é o novo trabalho do historiador Carlos Alvarez Maia. O livro, apesar de a autoria brasileira, foi publicado em língua espanhola. Suspeito que o espanhol tenha sido escolhido, pois o número de leitores deste idioma é muito maior do que do português. Esta é uma das maneiras de integração da produção acadêmica brasileira no cenário internacional.

O trabalho é resultado de reflexões sobre as relações da historiografia da Ciência e os estudos da linguagem em congressos internacionais e no pós-doutoramento do autor realizado no Departamento de História da UFMG, em 2008. Seus apontamentos refletem a necessidade de um desenvolvimento da prática metodológica daquilo que ele denominou como uma "nova gramática" para explicar o processo de conhecimento da Ciência.

Para tanto, Carlos Maia refaz em seu livro a discussão clássica das três dicotomias enraizadas nos estudos da Ciência moderna: sujeito-objeto, natural-social, mental-material. No caso da historiografia da Ciência, as raízes de tais pares antagônicos desenvolveram-se no interior de um duplo radicalismo teórico, expresso ora no realismo (que crê estar a Verdade do conhecimento no objeto, dada a crença na ingênua abnegação do sujeito) ora no relativismo que inverte os papéis dos elementos ao dizer que todo saber se constrói no social, portanto é produto exclusivo do sujeito. O autor retorna na história da problematização de tais vertentes de pensamento com objetivo de propor o encontro de uma alternativa metodológica que não favoreça nem o realismo nem o relativismo. Tal alternativa deve, por outro lado, permitir um avanço na mediação dos termos sujeito-objeto, a partir de um terceiro componente de análise: a linguagem.

A obra, dessa maneira, deve ser lida em sintonia com os trabalhos históricos atuais que desafiam pensar a Ciência a partir dos discursos científicos. Neste sentido, para os pesquisadores da História das ciências, é possível pensar em dois momentos durante a leitura: o momento da crítica das vertentes de pensamento, que é tema recorrente nos dois primeiros capítulos; e o da proposta alternativa da superação de tais correntes no aprofundamento dos estudos da linguagem, melhor problematizado nos textos finais, no terceiro e quarto capítulos.

No primeiro capítulo, veremos como a ascensão do *linguistic turn* e a ênfase aos estudos textuais precisaram superar os incômodos profundos gerados em historiadores, inclusive brasileiros. São citados no caso brasileiro, nomes como Ciro Cardoso e Francisco Falcon. Tais historiadores estariam ligados aos vícios de uma tradição historiográfica de correntes cientificistas, como as do século XIX. Ainda eles chamariam seu desconforto de “crise da História”, o que para Carlos Maia é terminantemente inapropriado. Segundo ele, o que existiu no lugar de uma “crise da História” seria, de fato, uma “crise de tais historiadores”. Estes inflexíveis, antes de se livrarem das amarras de suas posturas vinculadas aos cânones do realismo, não enfrentaram o ofício de historiar a partir de novas e definitivas contribuições no trato da linguagem. Podemos dizer assim que a crítica do autor admite a existência de uma crise, mas traduzida na premissa de que parte dos historiadores é que estariam imersos nela.

A inquietação desses historiadores em crise surge, por exemplo, diante de constatações provocadas por historiadores como Hayden White, o qual aponta a similitude entre as narrativas histórica e literária e, portanto, a inexistência de um regime de verdade próprio na História. A afirmação afetaria, no caso da História, justamente suas pretensões realistas diante da produção ficcional da literatura. Carlos Maia, ao contrário, sinalizará neste primeiro capítulo a insustentabilidade de quaisquer valores absolutos para História, como a Verdade e o Real, o que não significa destituir o valor de conhecimento da disciplina histórica. De qualquer maneira, seu argumento endossa as críticas ao realismo das certezas absolutas e míticas de outras eras historiográficas. Tais, deslocadas no tempo, tornam-se objeto de forte crítica e discussão, uma vez que, ainda hoje, alguns insistem em transferir responsabilidades à “Ciência”, num momento em que já deixamos de pensar nela como uma construção não ideológica que atinge um absoluto.

O debate na verdade já é bastante conhecido do público de historiadores, mas a insistência de Carlos Maia em retornar a questões tão mitigadas não é por acaso. Surge no capítulo um julgamento que procede sobre a naturalização e generalização de conceitos históricos, o que seria uma das consequências negativas de uma historiografia que insiste em negar os estudos da linguagem como necessários ao menos para historicizar termos que, de tão recorrentes na escrita histórica, tornam-se descontextualizados em seu uso. Logo, não basta dizer que estamos em um estágio distante da crença da História científica. É preciso reconhecer que ainda persistem certos problemas. Neste sentido, a finalidade é provocar o leitor-historiador para desfazer suas mitologias ao enfrentar os conceitos históricos também como objetos.

Seguindo em busca de uma proposta que não descarte a linguagem e ao mesmo tempo a compreenda em uma dinâmica histórica, o segundo capítulo resgata os avanços e limites gerados pela batalha teórica entre dois autores preocupados com o problema no universo da Ciência: David Bloor e Bruno Latour. O relativismo sociológico de Bloor não foi capaz de superar o corte epistemológico entre o mundo material e o mundo social. O programa forte, como ficou conhecido o movimento em que Bloor fora expoente, entendia que qualquer conhecimento sobre a natureza provinha de uma decisão tomada na esfera da sociedade com base num acordo intersubjetivo, ou seja, dado entre os humanos. Daí, seu princípio de simetria, no qual tanto o erro como o acerto poderiam ser explicados pelas mesmas circunstâncias. Nesse acordo intersubjetivo, a natureza não participava e fazer ciência era, portanto, uma atividade sociológica. Saía-se da cegueira do realismo para o abismo do relativismo. Se Bloor e o programa forte não foram capazes de se livrar da oposição sujeito-objeto, a partir do princípio da simetria que igualava o falso ao verdadeiro, Carlos Maia mostrará que as esperanças em Latour também decepcionam.

Latour, na tentativa de superar a dicotomia entre sujeito e objeto, falha ao igualar os termos na tese do “princípio de simetria”. Na reação à Sociologia de Bloor, Latour reivindica que os elementos naturais também participem do jogo. Estabelecia-se no novo princípio de simetria, além do acordo entre pares vencedores e vencidos na história da Ciência, a união entre a sociedade e a natureza, que deveriam receber o mesmo tratamento de análise. O mesmo valor analítico dado às atividades sociais deveria ser dado aos objetos naturais, numa “antropologia simétrica”. Se, por um lado, transformar o objeto científico em “nativo” gera uma metodologia bastante produtiva de análise etnográfica nos “estudos de laboratório”, por outro, é preciso se perguntar: como igualar humanos e não humanos? Responder tal questão é algo problemático. Segundo Carlos Maia, Latour poderia ter dito simplesmente, sem maiores polêmicas, que humanos e não humanos seriam agentes interagindo entre si na dinâmica que cumpre a Ciência. Assim, faltaria a Latour a proposta pela interação. Seu erro foi permanecer na simetria

Neste momento do texto, começa-se a desenhar o argumento fundamental para pensarmos em direção à proposta de uma alternativa metodológica para os estudos históricos da Ciência que é o objetivo principal do livro, e cabe ao terceiro e ao quarto capítulos definitivamente trabalhá-la. Foi possível com Latour perceber que tanto o homem quanto a natureza, ou o sujeito quanto o objeto, participam como agentes da produção do conhecimento da Ciência. Restaria somente a tarefa não menos difícil de explicar tal participação como um processo de interação, ou, como coloca Carlos Maia, entender os termos dentro de “agências recíprocas”, que precisam ou produzem ainda um terceiro elemento contido na linguagem.

O caminho é ontológico e epistemológico ao mesmo tempo. Carlos Maia propõe, assim, um enfoque numa “Ecologia” como condição do “Ser”. O que significa entender as relações recíprocas estabelecidas historicamente entre homens e deles com seu meio, tanto natural quanto social. Ao longo da história, tais relações são promovidas junto a um saber e a um fazer, constatação que cabe numa concepção de Ciência ampla que compreenda o conhecimento e a prática. Nosso próprio momento de historicidade, o alvorecer do século XXI, implica a pragmática das interações homem-natureza. Em outras palavras, na fórmula relacional entre o indivíduo e o seu meio circundante, seja o meio social ou inanimado, o que implica a percepção da Ecologia como condição para o ser histórico. Fica configurado o cerne da alternativa na proposta de agência que pede a ecologia da interação entre aquele que se pretende como sujeito e aquele que se coloca como seu pretense objeto, onde ambos participam e atuam, interagem. Percebe-se que tal proposta se alinha à tradição da práxis, que entende o saber como consequência do fazer. Com o conceito de agência supera-se, finalmente, o fundamentalismo conceitual e as ontologias sagradas. Essa noção desenrolar-se-ia como consequência dos modelos representacionais típicos da epistemologia da cognição, na qual tanto o contexto como os atores são ativos. Trata-se da ação conjunta que para Carlos Maia acontece similarmente no entendimento de uma teoria da prática que coloca o dueto sujeito-objeto como interativo e não como pares opostos, no qual um é sempre passivo em relação ao outro. O autor, então, reabre o debate lançando algumas questões sérias que surgem da sua proposta. Uma das questões mais intrigantes é: “como as coisas – animadas e inanimadas – podem atuar e portar-se como agentes?” (p. 101).

404

Ao responder à pergunta no capítulo três, Maia nos traz uma reflexão, desenvolvendo a tese que a natureza nunca foi uma agente passiva. Em todos os momentos da história da humanidade, ela provocou no homem a capacidade de criar a partir dela e de mudá-la. A natureza sugere ao homem seu uso, indica sua praticidade e função diante das condições de sobrevivência mais simples como, por exemplo, o abrigar-se. Assim, o ambiente físico oferece soluções para o viver. Essa interação pode ser chamada de agência material, que estimula certas práticas e ações adotadas pelas formas de vida. A materialidade interage com o homem. Tal entendimento vai muito além do contido na concepção de *Livro da natureza*, pois não se trata mais de uma leitura. Entende-se que o sujeito-objeto interage e somente a partir desse envolvimento e por meio dele é que se cria algo novo: a ferramenta – produto tanto humano como natural.

Chegamos ao ponto central da proposta do livro: é justamente como ferramenta da Ecologia que devemos entender a linguagem. Ela também é um produto construído da interação sujeito-objeto. Como terceiro elemento, a linguagem fornece um corpo de símbolos, vindo da materialidade de uma agência representada na habilidade humana historicamente contida em um espaço simbólico. A linguagem, assim como a ferramenta ou qualquer produto da criação no mundo, sempre será fruto dessa interação natureza-sociedade. Enfim, a linguagem resulta de algo preexistente que afeta o indivíduo que, sofrendo essa ação, responde com uma nova ação. Logo, não se compreende a linguagem como uma invenção da mente racional, ela é também agência da interação, ela é ação concreta no mundo. A linguagem participa e complementa a materialidade da ação, forja os significados da agência dando-lhe sentido, guardando esse sentido. O mundo é definido e expresso pelas significações da linguagem, nas quais sujeito e objeto estão enfim interligados.

Ficará, assim, totalmente explicitado no quarto capítulo que o desafio é exceder o entendimento da linguagem como expressão puramente mental e mera forma de comunicação. É preciso pensar a linguagem como expressão de agências. Aqui nosso autor confessa as contribuições de Ludwick Fleck e sua “teoria do ativo-passivo”, e a “gramatologia” de Jacques Derrida para o avanço na questão. É o caminho para extrapolar o enigma da bipartição entre sujeito e objeto, palavras e coisas, mente e matéria; para vencer o hiato de como as palavras se conectam às coisas na sua

semelhança de sentidos, na sua compreensão que só se confirma mutuamente. Não existe coisa sem palavra nem palavra sem coisa; não existe sujeito sem objeto nem objeto sem sujeito, da mesma forma pode-se concluir que não existe também o homem de mente sem corpo nem um corpo sem mente.

Em relação a esse desafio lançado por Carlos Maia, não podemos, na verdade, dizer que ele é exclusivamente novo no que tange à História dos estudos da linguagem científica que data dos anos 1970. Cada vez mais os historiadores fazem esforço para trabalhar numa direção que não simplifique tudo no texto e apontar a integração inequívoca do textual e do linguístico ao processo das relações societárias. Logo, mais especificamente na História das ciências, é necessária uma abordagem que considere a linguagem científica e as teorias sem as desvincular de suas práticas, instrumentais e sujeitos científicos, que as materializam. Mas devemos concordar que ainda é raro ver tal dinâmica ganhar formas metodológicas. Também é preciso, além disso, levantar a problematização de outras dicotomias consagradas no interior da historiografia da Ciência. Por isso, a importância deste livro de Carlos Maia que acusa justamente essa tendência. Precisamos encarar com audácia o avanço nos estudos que pretendem analisar o texto científico. Já superados os limites do relativismo e do realismo imbuídos na dicotomia radical da relação sujeito-objeto, resta o trabalho de entender como se dá a interação de ambos na configuração do terceiro elemento da interação, fruto das práticas discursivas. O movimento de compreensão é triplo na Ciência. Devemos analisar como agências recíprocas a natureza, o homem e a palavra. Logo o livro, ao levantar a necessidade de uma nova metodologia para além do debate teórico, traz uma reflexão importante e ainda alerta para certa ingenuidade dos estudos da linguagem que caem na perigosa armadilha de que “tudo é texto”.